



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

LICITAÇÃO POR PREGÃO
N.º 29/2021

SEI Nº 0011931-77.2021.6.05.8000

Prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por meio do sistema Comprasnet, pela empresa LANLINK – Serviços de Informática S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.877.300/0002-61 com sede na Avenida Marquês de Olinda, 126, 2º andar sala 204, Citi Empresarial, Recife - PE CEP: 50.030-000, com fulcro na alínea “b” do inciso I, do art. 109 da lei 8.666/93, contra a decisão do Pregoeiro que declarou vencedora do certame para o item 1 a empresa INTEROP – Informática Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ: 86.703.337/0001-80, estabelecida na Rua General João Mendes, 50 - 5º andar, Bairro Centro, CEP 90.010-030, Porto Alegre – RS - concernente ao Pregão nº 29/2021, deste Tribunal, que trata da Contratação de empresa para Prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, conforme especificado no anexo 1 do edital.

1 – DAS RAZÕES DO RECORRENTE.

Inicialmente, cabe salientar que a empresa LANLINK – Serviços de Informática S.A registrou intenção de recorrer de forma imediata e motivada no momento e prazo oportunos através do sistema Comprasnet, conforme documento juntado ao SEI, sendo aceito pelo Pregoeiro por entender que os requisitos recursais foram devidamente atendidos.

Na defesa de suas razões, a recorrente descreve a ocorrência do fato, em síntese alega o descumprimento da capacidade Técnico-profissional:

**DO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL – AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS
ESSENCIAIS - IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR DE
DOCUMENTO OBRIGATÓRIO**

11.1.7.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL a) As licitantes deverão apresentar, ainda, comprovante de que integram o seu quadro permanente, na data da licitação, no mínimo: a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas; a.2) 01 profissional com certificação ITIL Manager V2 ou Expert V3 ou superior, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação ITIL Expert – Information Technology Infrastructure Library; a.3) 02 (dois) profissionais com certificação técnica ou experiência comprovada no Sistema de Gestão de serviços fornecido pela CONTRATADA. a.4) 01 (um) profissional com certificação MCSE (2003) ou MCITP: Enterprise Administrator; a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior. b) A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional. c) Deverão ser apresentadas pelas licitantes declaração de que dispõem de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços e declaração de que atendem a todos os requisitos de infraestrutura da Central de Serviços e o provimento, às suas expensas, de ambiente adequado à implantação da CENTRAL, a partir do qual serão realizadas as atividades de atendimento e suporte técnico de 1º nível e demais serviços.”

[...] No intuito de demonstrar cabalmente que a INTEROP não merece ser declarada habilitada no presente certame, passa-se à análise de cada uma das irregularidades em que incorreu a recorrida.

ATAUHALPA PIERRE BULLING: foi apresentado Curso de capacitação do PMP do PMI com duração de 40 horas, não atingindo a quantidade mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.

EVANDRO STEYER: foi apresentado Curso de Gestão de Projetos com carga horária de 80 horas, não atingindo a quantidade mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.

THIAGO PACHECO DA SILVA: foi apresentado certificação de Project Management Professional (PMP), porém, a mesma encontra-se inválida pois expirou em 10 de dezembro de 2019, não atendendo a exigência do Edital por encontrar-se inválida.

Ou seja, no tocante ao exigido no item a.1 do tópico qualificatório, não só a INTEROP dispõe 2 (dois) pretendidos componentes da prestação de serviços que não chegam nem perto de abarcar o exigido em termos de qualificação técnica por carga horária, como apresenta um terceiro com a certificação exigida EXPIRADA, não atendendo efetivamente a nenhuma das exigências constantes no edital.

Não bastasse o acima exposto, o item a.2 exige que as licitantes apresentem 01 (um) profissional com certificação ITIL Manager V2, Expert V3 ou superior; devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação ITIL Expert – Information Technology Infrastructure Library.

Nesse caso, a INTEROP mais uma vez não apresentou o perfil mínimo exigido no Edital, tendo em vista que foi apresentado um profissional certificado na ITIL® Foundation Certificate in IT Service Management e o exigido foi ITIL Manager V2 ou Expert V3, não contemplando mais uma das especificidades de habilitação técnica profissional solicitada pelo ato convocatório.

Ademais, a INTEROP também não atendeu o requisito mínimo exigido no item a.5, no qual é exigido a apresentação de, no mínimo, 01 (um) profissional com certificação CCNP ou



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

superior. Contudo, é facilmente verificável que a recorrida apresentou uma certificação inferior à exigida no processo, tendo em vista que apresentou certificação Cisco Certified Entry Networking Technician.

II – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, o licitante vencedor confirma o atendimento as normas do edital, pontuando que a empresa recorrente, classificada na segunda posição, teve tão somente a intenção de retardar o andamento do processo licitatório, ponderando que suas alegações não têm fundamento e são totalmente descabidas. Justificou-se alegando que cumpriu os requisitos do edital no que diz respeito à capacidade técnica-profissional. E nessa toada recorreu ao princípio do formalismo moderado, bem como o da proposta mais vantajosa. Senão vejamos:

a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas; (GRIFAMOS)

a.2) 01 profissional com certificação ITIL Manager V2 ou Expert V3 ou superior, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação ITIL Expert – Information Technology Infrastructure Library;

a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior.”

A licitação pública destina-se, conforme dispõe o art. 3º da Lei no 8.666/1993, a garantir que a proposta mais vantajosa seja selecionada pela Administração. Essa seleção deve ser julgada em conformidade com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Durante a seleção, a comissão de licitação deverá ter cautela para não infringir os princípios licitatórios.

Nesse sentido, é preciso EVITAR OS FORMALISMOS EXCESSIVOS E INJUSTIFICADOS A FIM DE IMPEDIR A OCORRÊNCIA DE DANOS AO ERÁRIO E VALORIZAR A ECONOMICIDADE E VANTAJOSIDADE DA PROPOSTA.

O Tribunal de Contas da União – TCU posiciona-se veementemente contra o excesso de formalismo:

As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.



III- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Examinando o recurso apresentado pela empresa licitante, em cotejo com as especificações dispostas no edital, bem como parecer técnico do setor demandante, analisado conjuntamente com os coordenadores da STI e da COSUP (doc 1760971) que após minucioso exame opinou pela inconsistência dos certificados apresentados pelo licitante vencedor.

Na análise da certificação enviada com a proposta, concernente à capacidade técnica-profissional, o setor demandante constatou que os certificados referente às alíneas “a.1”, a.2 e a.5” não havia atendido plenamente as exigência do Instrumento convocatório.

a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

Os profissionais indicados pela licitante vencedora, não eram detentores da qualificação exigida no edital a saber:

Sr. Atauhalpa Pierre Bulling apresentou Curso de capacitação em gerenciamento de projetos e preparação para exame PMP do PMI com duração de 40 horas (doc 1759505, pág 4). Convém Salientar que o profissional demonstrou ter feito curso preparatório para prestação do Exame PMP do PMI, cuja carga horária sequer se aproximou da exigida no edital. Tentando o saneamento da falha, posteriormente apresentou três certificados de MBA, porém nenhum deles na área de Gerência de Projetos.

O segundo profissional indicado, Sr. Evander Steyer apresentou Certificado de conclusão Curso de Gestão de Projetos com carga horária de 80 horas, (doc 1759505, pág 11) não atingindo a quantidade mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, tampouco atendeu a exigência de emissão pelo PMI- (Project Mangment Institute).

Quanto ao terceiro profissional Sr. Thiago Pacheco da Silva apresentou a Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute), porém a mesma estava inválida, pois, o prazo de validade havia expirado em 10 de dezembro de 2019, (doc 1759505, pág 14) por esta razão, também não atendeu ao edital.

a.2) 01 profissional com certificação ITIL Manager V2 ou Expert V3 ou superior, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação ITIL Expert – Information Technology Infrastructure Library;

a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

Quanto à exigência da Certificação contida nas alíneas “a.2” requerendo profissional ITIL Manager v2 ou Expert v3 ou superior. E a Certificação exigida na alínea “a.5” que solicitava um profissional com certificação CCNP ou superior, durante a análise dos documentos, a área técnica apurou que o “Certificado ITIL Foundation Certificate in IT Service Management (a.2) (doc 1759505, pág 17) e “Cisco Certified Entry Networking Technician (a.5), (doc 1759505, pág 41) também não atendiam o disposto nas referidas alíneas. Neste contexto a empresa foi instada através do chat a se manifestar sobre a documentação apresentada, momento em que pregoeiro concedeu o prazo de duas horas para que a empresa encaminhasse através da opção “enviar anexo” do comprasnet documentos complementares objetivando o saneamento das inconsistências.

Recebida a documentação, em 13/10/2021, a empresa apresentou para alínea “a.2” ITIL - Expert Certificate in IT Service Management e para alínea “a.5” CCNP SWITCH. Nessa oportunidade, visando à correção da falha apresentada na alínea “a.1” apresentou três certificados de MBA, conforme (doc 1760961 pág 1 a 3), submetemos a apreciação da unidade técnica que se manifestou favoravelmente, apenas, ao certificado pertinente a alínea “a.2” (doc. 1760961 pág 13) declinando dos demais. “A.1” pelas razões já expostas e o “a.5” pelo fato do documento apresentado (doc 1760961 pag. 15) não conter a certificação CCNP.

Na peça recursal, a recorrente traz à baila o art. 43, §3º, da Lei 8.666/93, que discorre sobre a promoção de diligência e veda a inclusão de documento posterior que deveria constar originariamente na proposta. De modo similar se posiciona o acórdão (TCU, 2873/2014) vejamos: “não cabe à inabilitação da licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por diligência, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta de isonomia entre os participantes”.

É notório que o documento saneador da inconsistência encontrada na alínea “a.2” foi enviado em momento posterior a juntada da proposta, mas em nenhum momento se tratou de “documento novo” e sim de documento ausente, documento este que já se encontrava em poder da licitante bem antes da abertura do processo licitatório, que por falha ou esquecimento a empresa não juntou a proposta. Corroborando com esta linha de pensamento o (acórdão 1.211/2021 do TCU) admite a juntada de documento posterior à proposta para atestar condição pré-existente, conforme transcrito abaixo:

“Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

No mesmo sentido se posiciona a consultoria da Zênite, conforme veremos abaixo:

“A Consultoria Zênite, mesmo em face do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993 – que reflete racionalidade similar àquela incorporada pelo Decreto nº 10.024/2019, defende que aspectos eminentemente formais, ou materiais que não prejudiquem a finalidade da condição imposta, não podem prejudicar a seleção da melhor oferta – finalidade essencial da licitação. Justamente por isso, em determinadas circunstâncias, entende-se possível a inclusão de “documento novo”, desde que tenha como objetivo esclarecer condição que o licitante já dispunha, materialmente, à época”.

Reconhecendo a coerência das orientações dos Órgãos de controles bem como das Consultorias especializadas em matéria de licitações a Assessoria Jurídica de Licitação e Contratos deste Tribunal no Parecer nº 169/2020 (doc 0075093) SEI nº 0052084-26.2019.6.05.8000 adota entendimento compatível com as diretrizes acima.

Isto posto, o pregoeiro alia-se ao entendimento da recorrida, **tão somente**, para acatar os documentos enviados após a juntada da proposta, pois, não seria razoável desclassificar a licitante que enviou a proposta mais vantajosa, sem lhe conceder a chance de sanear as inconsistências na documentação apresentada.

IV- DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto a cima e lastreado no Parecer Técnico, emitido pelo setor demandante da licitação confirmando que os atestados de capacidade técnica-profissional apresentados pela licitante INTEROP Informática Ltda., atendem as exigências do edital, no tocante a capacidade técnica-profissional, **apenas**, no que tange, as alíneas “a.2, a.3 e a.4” da condição 11.1.7.2. O Pregoeiro manifesta-se pela **procedência parcial** do recurso impetrado pela licitante LANLINK – Serviços de Informática S.A. Consequentemente retornara a fase do certame para convocação da segunda colocada.

É a manifestação, que ora submete-se à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 28 de outubro de 2021.

Gilson Soares da Conceição

Pregoeiro